



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 002/2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e doze, às 09:35 (nove horas e trinta e cinco
8 minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a
9 tricentésima trigésima primeira reunião do Conselho de Administração, sendo a décima segunda
10 extraordinária. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e
11 Fátima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares,
12 Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Salgado Marder, Eduardo Kreuzer, Eros Miguel
13 Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Luiz Fernando
14 Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima Mousquer e os
15 conselheiros suplentes, João Carlos Carpes da Silva, José Marcelino Heck, Manuel Roberto Escobar
16 e Alexandre Miguel. Aberta a sessão, o presidente comunicou ao Colegiado que não abria espaço
17 para informes, indo diretamente a pauta específica da reunião. Logo, passou a palavra ao Contador
18 Carlos Leandro Ransan. O contador saudou os conselheiros e introduziu o assunto dizendo que
19 preparou uma apresentação bem básica restringindo-se em fazer comparativos entre os exercícios
20 2010 e 2011, de modo a facilitar o entendimento de todos, mesmo que falte conhecimento técnico
21 por parte de alguns conselheiros. Verificou-se pela apresentação que comparando os exercícios de
22 2011 em relação ao exercício de 2010, a Receita de Contribuição (contribuições dos servidores)
23 Regime Simples e Capitalizado teve crescimento de 13,45%; a Receita Patrimonial (retorno dos
24 investimentos) aumentou 42,36% e o grupo Outras Receitas apresentou um aumento de 504,17%, o
25 que mais impactou para este crescimento, segundo explicação do contador, foi a venda da folha à
26 CEF, pois desta operação coube ao Previmpa o valor de R\$ 33 milhões, outro acréscimo
27 significativo dentro deste grupo foi em relação ao COMPREV que aumentou 46,41%, vários fatores
28 influenciaram para este aumento dentre eles a mudança da equipe do MPS a qual proporcionou
29 maior agilidade nas aprovações de processos, fato que se explica pelo nº de processos aprovados
30 em 2011. Aproximadamente 500 processos foram aprovados em 2011, enquanto que em 2010 o nº
31 de aprovações foi em torno de 80 processos. Em relação às Receitas intra-orçamentárias o
32 acréscimo foi de 13,45%. Estas receitas referem-se à contribuição patronal do Regime de
33 Repartição Simples e Regime de Capitalização. No item Transferências Recebidas está a Cobertura
34 de Déficit (cobertura feita pelo DMAE e PMPA) e que teve um aumento de 6,20%. Passado este
35 ponto o conselheiro Brum questiona como está se comportando a cobertura de déficit? O contador
36 respondeu que tem um crescimento devido à aposentadoria dos servidores ativos, aumentando
37 assim a cobertura de déficit, pois diminui a contribuição destinada ao pagamento da folha. A
38 conselheira Fátima questiona que se há diminuição das contribuições dos que estão se aposentando
39 no Regime de Repartição Simples por que o percentual de crescimento é igual nas Receitas de
40 Contribuições e nas Receitas Intra-orçamentárias? A conselheira Sueli tem a mesma dúvida e diz
41 que se as Contribuições aparecessem separadas por Regime ficaria melhor para entendimento. O
42 presidente Vargas responde que no anexo dez do Balanço, as contribuições aparecem separadas por
43 Regime. A conselheira Marilena pergunta se há uma tendência de aumento da cobertura de déficit,
44 o contador explica que conforme cálculo atuarial, este aumento ocorrerá até 2025, a partir daí
45 começará a diminuir. Os conselheiros Gilmar e Marcelino voltam ao item Receitas COMPREV e
46 questionam se no montante desta Receita estão os valores do passado? O conselheiro Rigotti relata
47 que em 2010 havia uma pressão por parte dos RPPS de todo o país para que o MPS repassasse os
48 valores do COMPREV e em 2011 esta política mudou, informa que através do CONAPREV foi
49 montado um grupo de trabalho específico para viabilizar as compensações previdenciárias. Na

50 seqüência o contador continuou sua apresentação abordando dados dos Regimes em separados.
51 Enfatiza que valor da folha de inativos cresceu 15,40% enquanto que a folha dos pensionistas
52 cresceu 7,49%; os valores do auxílio doença teve acréscimo de 13,04%, enquanto que o valor
53 relativo ao salário maternidade cresceu 8,22%. Destaca em relação ao Regime de Capitalização: a) a
54 folha dos servidores ativos cresceu 26,78%; b) a folha dos inativos aumentou 64,73%; c) a folha dos
55 Pensionistas teve acréscimo de 24,30%; d) o auxílio doença cresceu 69,62%, e) o salário
56 maternidade aumentou 36,95%. Após os dados apresentados, a conselheira Marilena pergunta se o
57 auxílio doença é a partir do primeiro dia, sendo respondido que não, o auxílio doença pago pelo
58 Previmpa é a partir do décimo sexto dia. A conselheira Sueli pergunta se este Conselho pode dar
59 sugestões em relação aos dados apresentados. O Presidente Vargas diz que este momento é de
60 apresentação do Balanço e que depois que a Comissão encarregada de emitir o parecer relatar o
61 mesmo, o Colegiado poderá se pronunciar sobre sugestões. O conselheiro Brum solicita ao contador
62 que faça uma apreciação dos valores da Receita, além do saldo do COMPREV, o que mais tenha
63 chamado atenção, também refere que restaram dúvidas em relação à cobertura de déficit e questiona
64 se o acréscimo verificado sofreu influência em relação às gratificações que estão sendo alcançadas a
65 alguns grupos de servidores. O contador responde que, no longo prazo, as gratificações vão
66 provocar reflexo na despesa previdenciária. Em relação à Receita Patrimonial o Presidente Vargas
67 sugere que este grupo de receita seja novamente explicado pelo setor de investimentos. A
68 conselheira Sueli pergunta se a Taxa de Administração está explícita no Balanço e a que se refere?
69 O conselheiro Rigotti responde que está no Balanço e que se destina ao custeio do Previmpa. O
70 Presidente Vargas reafirma o questionamento da conselheira Sueli, pergunta ainda se Taxa de
71 Administração é Receita e solicita as demonstrações e lançamentos contábeis referentes à Taxa de
72 Administração de maneira a conhecer seus valores utilizados para pagamento de despesas,
73 benefícios, bem como excesso que é destinado às aplicações financeiras. O conselheiro Rigotti
74 explica que não é Receita. Trata-se de valor desvinculado das contribuições. A PROCempa
75 calcula 2,00% do valor gasto com folha de pagamento no exercício anterior o qual será destinado ao
76 custeio do Previmpa, sendo que a sobra referente ao Regime de Repartição Simples volta para
77 pagamento da folha deste Regime enquanto que a sobra referente ao Regime de Capitalização volta
78 para o fundo do Regime Capitalizado para ser aplicado. O Presidente Vargas pergunta ainda se já
79 foi feito o acerto com a CMPA referente à Taxa de Administração paga indevidamente por aquela
80 Casa, o conselheiro Rigotti informou que a CMPA fez a compensação e que a contabilização já foi
81 acertada. O conselheiro Brum questiona os anexos seis e sete, especialmente aos itens Previdência
82 Básica e Assistência Social constante nos referidos anexos. O contador solicita que a Secretária
83 formule as questões por escrito para responder oportunamente. O Presidente Vargas questiona se o
84 auxílio doença da CMPA está sendo compensado, o contador responde que a CMPA continua
85 pagando por lá. O Presidente pergunta se haverá conta de compensação referente ao auxílio doença
86 já que esta é uma função da Previdência, o conselheiro Rigotti responde que em relação ao Regime
87 de Repartição Simples a CMPA deve cobrar do Executivo, já em relação ao Regime de
88 Capitalização há uma possibilidade de compensação após a implantação do novo sistema ERGON.
89 O Presidente Vargas questiona se a Reserva Técnica conforme a Lei 505 pode ser usada a partir
90 deste ano, o conselheiro Rigotti responde que sim, pois a Lei previu 10 anos para posterior
91 utilização. Por fim o Presidente Vargas agradece a presença do Contador e diz que a idéia de
92 convidá-lo foi sugerida pela Comissão encarregada de emitir parecer sobre o Balanço por mostrar-
93 se com carências de subsídios para apreciação do mesmo. O Presidente propôs ainda que quando se
94 tratar do Balanço seja adotado esta prática de primeiramente haver apresentação dados pelos
95 responsáveis técnicos. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião às 11:05h (onze
96 horas e cinco minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Fátima Regina Carlos
97 Saikoski, conselheira/secretária de mesa e pelos demais presentes.

98
99
100

101		
102	Pedro Luiz da Silva Vargas – Presidente	Fatima Regina Carlos Saikoski - Secretária
103		
104		
105		
106		
107	Alexandre da Fontoura Dionelo	Alexandre Salgado Marder
108		
109		
110		
111		
112	Eduardo Kreuzer	Eros Miguel Sadowoy martins
113		
114		
115		
116		
117		
118	Francisco José Menezes da Silva	Gilmar Cardozo dos Santos
119		
120		
121		
122		
123	Luiz Fernando Rigotti	Marilena Ruschel da Cunha
124		
125		
126		
127		
128	Sérgio Luiz Brum	Sueli de Fátima Mousquer
129		
130		
131		
132		
133	João Carlos Carpes da Silva	José Marcelino Heck
134		
135		
136		
137		
138	Manuel Roberto Escobar	Alexandre Miguel
139		
140		
141		
142		
143		
144		
145		
146		
147		
148		
149		
150		
151		